



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (DEAAD)
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR (UNIAFRO)

“Da raiz até a ponta”: enegrecendo a identidade através do uso do cabelo crespo

Redenção –CE

2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título Especialização em Políticas de Igualdade Racial no ambiente escolar.

Aluna: Honorata Dias

Orientadora: Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda

Redenção – CE
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

**Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

-
- D53r Dias, Honorata.
- “Da raiz até a ponta”: enegrecendo a identidade através do uso do cabelo crespo. / Honorata Dias. – Redenção, 2016.
- 41 f.: il.; 30 cm.
- Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.
- Orientadora: Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda.
- Inclui referências.
1. Racismo - Aspectos sociais. I. Título.

CDD 305.8

HONORATA DIAS

“Da raiz até a ponta”: enegrecendo a identidade através do uso do cabelo crespo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título especialização em políticas de igualdade racial no ambiente escolar.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (UNILAB)- Orientadora

Profa. Dra. Vera Rodrigues (UNILAB) -Examinadora

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra -(UNILAB) - Examinador

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu Honorata Dias, matriculada na UNILAB sob o número 2015109469, aluna do curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO), declaro publicamente ser autora da monografia intitulada, **“Da raiz até a ponta”: enegrecendo a identidade através do uso do cabelo crespo**, e assumo a responsabilidade pela fidedignidade dos conteúdos apresentados, para os quais não existem restrições de divulgação e pela lisura com que foram por mim obtidos e empregados, em qualquer violação de direito autoral.

Redenção/CE, junho de 2016

Assinatura

Dedico meu trabalho a todos e todas estudantes da UNILAB, em especial aqueles que ainda continuam sofrendo o preconceito por assumirem as suas verdadeira identidades. Dizer que é preciso antes de tudo ser forte e, com uma certeza, de que somos todos diferentes. E com a diferença construir uma sociedade digna e igualitária.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e forças ao longo da caminhada do curso e da elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC) e coragem para superar todos os obstáculos e seguir em frente.

Agradeço a minha família pelo carinho e apoio que sempre me deu e está me dando todo esse tempo que estou longe dela. Pelos telefonemas, mensagens, palavras que me motivam ainda mais a seguir em frente com os meus estudos.

Agradeço a minha Orientadora, Professora Violeta Holanda por esse grande trabalho.

Agradeço aos meus professores e todos os colegas desse curso da especialização pelo aprendizado e pela convivência durante todo esse tempo da nossa especialização foi muito bom estar na companhia de todos ao longo do curso.

Agradeço a todos que diretamente e indiretamente apoiaram ou contribuíram na minha formação.

Obrigada a todos....

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo discutir a construção da identidade e sua relação com as práticas do racismo a partir do uso do cabelo crespo. Para tanto, analiso o contexto histórico dos conceitos de raça, racismo e discriminação racial, bem como destaco a construção da identidade negra através do cabelo. Para compreensão sobre a política da identidade e a questão étnico-racial dialoguei com os autores HALL, Stuart (2011); MUNANGA (2009); SCHWARCZ (2010) e GOMES (2012). A pesquisa, de caráter qualitativa, foi realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e contou com a participação de quatro interlocutoras, que ressaltaram a contribuição da UNILAB para afirmação das suas identidades negras. Ressalta-se, ainda, a importância da lei 10639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras e contribui para o diálogo entre as diferentes culturas existente no país.

Palavras chave: Identidade, Racismo, Cabelo

SUMÁRIO

Introdução.....	09
CAPITULO I: Identidade.....	12
CAPITULO II: Identidade Negra Brasileira: racismo, resistências e construção de políticas afirmativas	17
2.1- Movimentos Negros.....	19
2.2- Abordagem Feminista	22
2.3- Lei 10639/2003	24
CAPITULO III: Uso do cabelo crespo para afirmação da identidade negra	28
3.1- O Campo da Pesquisa.....	30
3.1.1-Diretrizes da UNILAB.....	32
Considerações Finais.....	37
Referência Bibliográfica	

Introdução

O título da “raiz até a ponta” remete a uma reflexão sobre o processo de fortalecimento da identidade negra através do uso do cabelo crespo. A identidade negra que se configura desde suas raízes africanas até seus diversos contextos socioculturais –as “pontas”, no Brasil.

A identidade é tida como algo fundamental na vida de uma pessoa. Ela representa a pessoa, na sua individualidade e determina a sua relação com o outro. Ela nos permite conhecer a nós mesmo, mais pessoas passam a se questionar sobre as coisas, a procura de conhecer a si mesma como também busca entender de onde vem o seu comportamento perante os outros.

O debate sobre a identidade é importante e contribui para a discussão sobre a questão racial. A identidade também pode ser uma forma de o indivíduo se reconhecer como parte de um grupo ou de um povo, sobretudo, de tentar estar mais perto dos seus ancestrais, das suas culturas, dos seus costumes.

Entretanto, nós podemos aprimorar nossas ideias no processo de construção de nossas identidades, entendendo-o como um facto que não é fixo, principalmente, por que emerge das relações sociais instituídas. Assim sendo, a identidade cultural se manifesta como conceito que leva o indivíduo a se conectar com os demais, apresentando uma representatividade coletiva.

A coletividade move o homem. O trabalho realizado em conjunto pelos movimentos sociais valoriza a identidade negra, mesmo quando a sociedade impõe princípios racistas e reproduz a desigualdade entre os sujeitos. A discriminação racial reproduz que uns são superiores a outros em virtude de suas características físicas. Isso reforça as desigualdades étnico-raciais e mantém as barreiras entre pobres e ricos.

No Brasil, sabemos que o negro constitui a maioria da população mais pobre, que historicamente foi marginalizada por sua cor negra. Ainda que o sujeito pertença a uma classe social mais favorecida economicamente, o racismo ainda configura como uma marca da reprodução social no país, onde este não escapará das atitudes racistas. É mister destacar que ainda no século XXI a noção de classe social está de certa forma relacionada a ideia de raça. Assim, podemos mensurar até que ponto o racismo pode chegar no contexto da reprodução da desigualdade.

A diferença racial permite que a manifestação de superioridade fale mais alto, dando início a prática do racismo. Um dos principais símbolos de resistência que podemos destacar é o cabelo. Ele tem representado a luta contra o preconceito. Assim sendo, a identidade negra é resgatada através do uso de cabelo crespo. Ele é o elemento que compõe o corpo negro.

A influência da cultura negra na formação do povo brasileiro é muito forte. A prática escravocrata tirou da África os homens valentes, reis, rainhas, pessoas respeitadas nas diversas aldeias onde viviam. Essas personalidades trouxeram suas culturas que influenciaram e ainda hoje influenciam na formação da identidade brasileira. No entanto, a presença do racismo nas práticas sociais e educacionais no país limitou o acesso desta população a melhores condições de vida e, portanto, ao acesso à formação e à educação de qualidade.

O negro(a) é educado a se considerar uma pessoa inferior devido à sua cor de pele, no qual lhe é imposto um modelo de identidade marginalizada. Sem se questionar ele aceita-a como facto real e luta de todas as formas para esconder o seu próprio “eu”. Mas, no momento que ele(a) passa a se questionar sobre as coisas tudo fica mais fácil de entender, e para que seja possível desenvolver a capacidade crítica sobre as coisas é preciso investir muito na educação. E a escola entra como uma peça fundamental no processo do indivíduo em busca do reconhecimento de sua “verdadeira” identidade.

Num movimento de resistências, os movimentos negros lutaram e ainda lutam pelo seu reconhecimento e pela valorização da identidade negra no país. A lei 10639/2003 foi uma das conquistas dos movimentos negros, essa lei torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro brasileira nas escolas. Pensar em respeitar e atender a necessidade de valorizar as culturas contribuem para o fortalecimento da identidade da nação, sejam elas as culturas africanas, indígenas, europeias, dentre outras.

Outra importante contribuição para este debate tem sido fomentada pelo movimento feminista negro. A identidade negra e suas representações culturais são relacionadas com o conceito de gênero, que imprime reflexões voltadas, sobretudo, para a condição da mulher negra no Brasil, dando visibilidade ao preconceito de raça assim como o de gênero. Nesse sentido, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça desperta os sentidos para os debates. O movimento feminista negro vai em busca do emponderamento das mulheres negras e por seus direitos na sociedade.

Neste processo de emponderamento, destaca-se o uso “massivo” do cabelo crespo. A beleza negra é destacada na sociedade e cada vez mais as pessoas assumem naturalmente os seus cabelos como resistência ao preconceito e ao racismo reproduzidos socialmente.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem como uma de suas diretrizes o fortalecimento da identidade sociocultural de seus alunos e alunas. Nesse sentido, a partir do momento que o aluno ou aluna passa a se reconhecer como diferente, e não como inferior, já se torna um grande avanço no processo de reconhecimento da sua própria identidade. Neste sentido, busco refletir sobre o fortalecimento da identidade de alunas negras nesta universidade.

O estudo tem como objetivo discutir a construção da identidade e sua relação com as práticas do racismo a partir do uso do cabelo crespo. Para tanto, analiso o contexto histórico do conceito de raça, racismo e discriminação racial, bem como destaco a construção da identidade negra através do cabelo. Para compreensão sobre a política da identidade e a questão étnico-racial dialoguei com os autores HALL, Stuart (2011); MUNANGA (2009); SCHWARCZ (2010) e GOMES (2012).

A pesquisa, de caráter qualitativa, contou com a participação de quatro interlocutoras, que reconhecem a contribuição da UNILAB para afirmação das suas identidades negras. E, como um dos fatores significativos neste processo passaram a aceitar seus cabelos naturais, desconstruindo a visão do cabelo negro como “ruim”, e fortalecendo os discursos da sua identidade negra. O trabalho está estruturado da seguinte forma:

No capítulo um reflito sobre o conceito de identidade, seja ele nacional, cultural, étnico, etc. No capítulo dois analiso a construção da identidade negra, levando em conta o racismo, a discriminação racial, as resistências para afirmação da identidade negra e a construção de políticas afirmativas. No capítulo três discuto a questão do cabelo como símbolo da identidade negra a partir do diálogo com as interlocutoras da pesquisa. Assim sendo, destaco quais as dificuldades e resistências encontradas por parte da sociedade em reconhecer os diferentes.

Capítulo 1 - Identidade

“Quem sou eu” essa é a pergunta que uma pessoa faz se de fato deseja conhecer a si mesmo. Questionar e refletir sobre o “seu próprio eu” separado dos demais, independentemente do seu segmento cultural ou do seu grupo étnico. Contando que em um determinado momento o sujeito se posiciona exigindo a si mesmo uma identidade singular.

De certa forma das diversas identidades que o ser humano possa adquirir ao longo da vida pode ser compreendido como uma transformação em busca de entender a perspectiva da própria identidade. Reafirmando a ideia de que o ser humano encontra-se em constante transformação ou evolução.

O conceito de identidade vem sendo debatido sobretudo através do surgimento das sociedades modernas. Ela pode ser compreendida de várias formas, cada sociedade, cada cultura, percebe a vida na terra da sua maneira, de certo modo, nos remete a forma de manifestação do indivíduo como ser humano, seja em coletividade assim como, na individualidade.

Em seu aspecto coletivo a identidade representa um número maior de pessoas, às vezes, ela atua como algo que une um grupo engajado em uma causa, seja social, comunitária, etc., e leva o sujeito a perceber vida em conjunto, como o fato social fundamental capaz de fazer com que a coletividade fosse vista como objetivo principal para uma sociedade justa. Reforçando a ideia de que juntos sejamos fortes. Conforme aponta o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006),

E dando um rumo diferente àquele dado por mim no capítulo anterior ou por um filósofo como Charles Taylor, valha o exemplo, quando escreveu seu celebrado livro *As fontes do self: a construção da identidade moderna*, minha intenção aqui não é focalizar o Eu, mais o Nós, explorando precisamente aquelas instâncias empíricas em que identidades globalizadoras se manifestam. Como poderíamos melhor abandonar o fenômeno sem construirmos um foco estratégico para sua elucidação? Pareceu-me — e essa é uma questão que me acompanha há bastante tempo — que devemos procurar equacionar tais identidades enquanto estão em crise (OLIVEIRA, 2006, p. 88).

Uma pessoa para se considerar social precisa manter a relação com o outro, nesse sentido um grupo de pessoas tende se organizar fazendo parte de sujeito pertencentes a uma comunidade. Desde o momento que a pessoa nasce ela já é sujeito a uma determinada cultura e é quase “impossível pensar o ser humano sem cultura”, sempre vai acompanha-

lo ao longo do seu processo de vida. “No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2011 p.47). Quando se considera fazendo parte de um determinado segmento cultural isso significa que o sujeito pertence a àquela cultura.

A cultura de uma maneira ou de outra exerce o poder de “coerção” sobre o indivíduo. Essa é a perspectiva adotada pelo sociólogo Emile Durkheim (1996), que identifica o fenômeno como fato social. Assim, no tocante ao entendimento do que seria o modo de se comportar ou de se ver o mundo, este é adquirido através da força da cultura.

Por outro lado, HALL e WOODWARD (2007) nos chamam a atenção para a importância da subjetividade e da individualidade na constituição dos sujeitos:

Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social na qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Qualquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeito. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduo que, dessa forma, se posicionam a si próprio. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. (HALL e WOODWARD, 2007, p.55).

Neste contexto, o indivíduo não nasce com uma identidade cultural, que foi atribuída a ele. Ela será reproduzida partindo da compreensão de suas raízes culturais. Para entender a própria identidade, primeiro, a pessoa precisa levar em conta o fato principal que tem sido a raiz de todas as representações, o passado, ou seja, o indivíduo precisa conhecer o seu passado para entender a sua identidade.

O indivíduo como ser “autônomo” sem qualquer que seja pertencimento étnico ou cultural é de certa forma difícil de existir. Nós, os seres humanos, fomos educados a seguir as normas impostas pela sociedade em que o objetivo é se adaptar as regras. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2011: p. 11)

A identidade se torna parte de nós, a força que a cultura exerce é capaz de dominar o instinto humano. De uma forma ou de outra a cultura tem função predominante no mundo, ela entra em qualquer que seja a sociedade como fator principal para entender o pensamento do homem social.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2011: p.12).

Outro fator importante é que a identidade não é fixa, ela pode se modificar dependendo do contexto onde a pessoa se sinta representada e que, de certa maneira, seria onde é confortável para ela. Assim, o indivíduo é um ser em constante transformação.

Pensando a realidade social em que vivemos, por exemplo, a questão da nacionalidade, o discurso que une as pessoas do mesmo país, e até mesmo a diferença dos demais que não fazem parte daquela realidade. Nesse mesmo país, existem vários fatores que atuam de maneira a manter distanciamento entre os nativos. A etnia entra como um dos fatores significativos nesta diferenciação.

Quando o assunto é refletir sobre como se deu a construção da identidade nacional sempre surge inquietações. Será que a identidade é criada para separar as pessoas ou para uni-las? Falo separar as pessoas, porque ao se auto afirmar um sujeito que pertence a um determinado país, isso significa dizer fazer parte exclusivamente daquele contexto social descartando o seu pertencimento aos outros países.

Da mesma forma quando é um país representado por uma única nacionalidade e separado pelos grupos étnicos cultural diversos, caracterizando assim a forma como a identidade atua para o distanciamento entre os nativos.

Ao refletir sobre a identidade nacional, Hall (2011) afirma que “ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes” (HALL, 2011, p. 47). Então, há os que preferem acreditar que tudo não passa de uma invenção criada na sociedade, uma aparência na teoria e, na prática, as coisas são diferentes.

A complexidade do conceito da identidade na sociedade em geral torna cada vez mais viva, principalmente, a compreensão do real fundamento das suas teorias sociais.

O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas. Deve-se ter isso em mente ao se ler o restante do livro. Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2011, P. 8-9).

A questão é o seguinte, se analisarmos a construção de uma nação e o que une o povo pensamos da língua e a bandeira. Então, ao pensar a questão da etnia no país logo se relacionado um grupo menor de pessoas em comparação a identidade nacional que nos remete o povo de país inteiro. Deste modo, a identidade entra como uma coisa complexa, tende em conta sua manifestação de diversas formas, existem vários caminhos que nos levam a tentar compreender em que caso podemos dizer que as identidades atuam.

O sujeito percebe a vida em conjunto, como o fato fundamental para uma organização. Em certos casos a identidade pode ser compreendida como um conceito da vida em coletividade, mas o homem ou mulher antes de adaptar a vida social tem a sua individualidade, o "eu". Nesse sentido o particular é levantado como um ponto fundamental quando se discute a identidade socialmente entendida.

Segundo Oliveira (2006), "o mundo é considerado o pano de fundo em que o "Eu" exercita sua liberdade, inclusive a da escolha das identidades postas à sua disposição no interior de tal ou qual sistema cultural concreto" (OLIVEIRA, 2006: p.60). A identidade em si pode se dá de maneiras distintas, atualmente, o indivíduo se encontra numa situação em que ele é capaz de escolher a sua própria identidade. O caminho a ser seguido compete da maneira como esse indivíduo se comporta ou é visto pela sociedade.

Embora aja o reconhecimento de estar fazendo parte de um determinado segmento social e adquirindo essa prática como um fato que move a sua vida pessoal pode ser compreendido como uma imaginação criada.

Nós estamos vivendo num mundo em que a diversidade cultural é visível e em

certas sociedades a sua manifestação é muito mais presente que outras. No caso do Brasil por conta do processo histórico do povo que nele habita, a diversidade se manifesta em forma do racismo e resistência também.

A diversidade cultural pode proporcionar um caminho para combate à desigualdade ao mesmo tempo em que se manifesta como fato que propõe a discussão sobre o respeito a “outro”. A diferença pode ser um caminho para compreender a vida em sociedade, como também de compreender o ser humano e a sua particularidade.

A identidade carrega a ideologia de superioridade, quando toma a proporção de dizer que uma é mais importante que outra. No próximo capítulo discutirei a relação entre a identidade negra e os seus obstáculos para sua afirmação no Brasil.

CAPÍTULO II- Identidade Negra Brasileira: racismo, resistências e construção de políticas afirmativas.

O termo raça foi instituído para caracterizar, diferenciar e hierarquizar os grupos culturais ou étnicos. No período das grandes navegações e descobertas acreditava-se que as pessoas de uma determinada tribo, especialmente os indígenas, eram considerados de uma mesma raça.

Durante a prática da escravidão a raça tida como superior era branca, (raça dos civilizados) enquanto que o indígena era a raça dos inferiores, os bárbaros. Segundo Schwarcz (2010), “raça no Brasil, sempre deu muito o que falar antes mesmo do Brasil ter virado Brasil, quando era ainda uma “américa portuguesa” em pleno século XVI esse território já foi representado a partir da sua natureza e de seus nativos” (SCHWARCZ, 2010: p.14). No entanto, quando os primeiros viajantes chegaram as terras brasileiras depararam com pessoas diferentes, eles mesmos descrevia-os de selvagens.

O fato é que, seja nas versões mais positivas, seja nas evidentemente negativas, esse então Novo Mundo sempre foi “um outro”, marcado por suas gentes, com costumes tão estranhos. Isso tudo num período em que a “raça” nem ao menos existia como conceito definido. Ou seja, se o conceito data do século XVI, as teorias raciais são ainda mais jovens: surgem em meados do XVIII. Além disso, antes de ter ficado vinculado à biologia, o termo compreendia a ideia de “grupos ou categorias de pessoas conectada por uma ordem comum” não indicando uma reflexão de ordem mais natural (SCHWARCZ, 2010: p.22).

Então se o conceito raça como biológico começou a ser discutido só no século XVIII os viajantes já tinham a noção de que os povos que encontravam na América eram diferentes. E informavam para o ocidente. Nesse exato momento a questão política e superioridade começava a falar mais alto, dando vida a prática racista.

O racismo é o mal socialmente criado pelo homem e mulher para inferiorizar o outro, ele prejudica profundamente qualquer que seja a pessoa que de uma forma ou de outra é submetido a sua prática.

O racismo é um sistema que afirma superioridade de um grupo racial sobre o outro... o que é um grupo racial? A pergunta parece tola: ninguém confunde um preto com um branco, um índio com um japonês e, se for um bom observador, não confundirá, também, um Judeu com um italiano. Nenhum desses grupos de pessoas é, porém, uma raça. Pretos e branco são apenas conjuntos de indivíduos que tem essas cores-nada mais. (um sujeito preto pode, por exemplo, estar biologicamente mais próximo de um branco do que de outro sujeito preto.) índios e judeus não são raças, são povos (grupos de pessoas de raças distintas que vivem

juntas num mesmo território). Quanto a japoneses e italianos, são nacionalidades, assim como o são brasileiros, angolanos, dinamarqueses, etc. (SANTOS, 2005, p. 11)

As ideologias da raça constituem o racismo, sendo teoricamente justificada a superioridade/inferioridade entre os indivíduos a partir de suas características físicas.

A escravidão deixa marcas profundas no mundo todo, no Brasil as suas consequências fazem parte da sociedade até hoje, no século XXI. Quando menciona descendentes africanos, logo remete filhos, netos, ou pessoas que vêm da linhagem de escravos, essa foi a imagem preconceituosa construída e repassada ao longo dos séculos.

O preconceito contra os descendentes africanos ainda é muito presente, o negro foi simplesmente afastado da sociedade, quando aparece na maioria dos casos são nas situações como essas: “existe o negro das ‘ocorrências políticas’”, o negro violento que se evadiu, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente de serviço que é oferecido enquanto “peça de bom funcionamento” ou mesmo ‘objeto’ de discurso dos editoriais científicos”. (SCHWARCZ, 1987: p. 99)

Essa é a realidade, me pergunto o seguinte, porque que os afrodescendentes não podem ser vistos de verdade sem preconceito como parte da formação do povo brasileiro? Ora, a contribuição do negro na formação da identidade brasileira, só é percebida quando se fala do racismo. “Os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impendem ao negro ao acesso na participação e na ascensão econômica” (MUNANGA, 2009: p.19).

As práticas racistas, de uma maneira ou de outra compactuam com a ideia de impedir o destaque do outro, entretanto, o racismo incorpora a forma de manter a distância entre os seres humanos. No sentido de que quanto mais as atitudes racistas se manifestam a tendência de uma sociedade justa se mantém longe dos objetivos preconizados.

No Brasil, a discriminação racial encontra-se em todas as esferas sociais, a sua manifestação ainda continua muito forte indo conta a população negra do país. O racismo é algo que prejudica a pessoa em todos os sentidos, ele é visto como forma de discriminar a pessoa levando em conta o seu pertencimento étnico, a sua cor da pele e entre outras características que são usadas para inferiorizar o outro.

A discriminação racial é o conceito que vai contra o princípio das pessoas que trabalham para o bem da humanidade, pessoas que lutam pelo reconhecimento do ser humano de igual para igual sem precisar existir a superioridade e nem inferioridade a partir dos atributos físicos e culturais.

A manifestação da hierarquia cultural ou étnica também é uma construção racista de perceber a relação inter-racial do país, atitudes racistas tem de se separar do “diferente” ressaltando o discurso de sempre um melhor do que ao outro. A mistura do povo brasileiro se caracteriza na identidade do país, mas a discriminação impede que o reconhecimento dessa identidade seja compreendido por todos.

A resistência para afirmação da identidade negra no Brasil se deu desde o momento que o primeiro negro africano chegou ao país na condição de escravizado. Pela sua liberdade e pelo seu reconhecimento como ser humano o negro resistiu a escravidão de todas as formas e os seus descendentes continuam ainda na batalha em busca de reconhecimento das suas raízes.

A questão da identidade e de seu conhecimento vem se constituindo num tema de exame-melhor diria, de reexame-nesses últimos anos, de tal forma que não pode ser ignorada pelo antropólogos interessado em explorar seus respectivos reflexos na investigação de caráter empírico. E quando essa questão passa a estar associada a fenômenos como etnia e moralidade deparamo-nos com uma temática bastante enriquecida, pois tornada mais complexa a convidar-nos para sua elucidação. (OLIVEIRA, 2006: p.19).

A luta dos negros exige a visibilidade e reflexão de um conjunto de questões que envolvem a igualdade racial e o respeito para com a população negra no país.

2.1 Movimentos Negros

No Brasil, os movimentos negros ocupam um lugar muito importante na vida de quem o aderiu ou das pessoas que por um motivo e outro fizeram com que milhares de brasileiros se orgulhassem por serem negros e tiveram a oportunidade de manifestar pelos seus direitos.

Esse problema, de luta pela igualdade racial passou a ser coletiva, não só de uma pessoa. Graças ao movimento negro se faz presente a necessidade de unir as forças para

combater o racismo, mesmo sendo uma causa muito difícil quando a sociedade insiste em reproduzir a prática preconceituosa contra a população negra no país.

A escravidão deve ser vista como uma atribuição a um determinado grupo de pessoas, ou seja, deve trazer a ideia de que a privação de liberdade e o trabalho forçado reproduziu a condição de escravizado (em substituição ao termo “escravo”), que independe da vontade própria do ser humano. O termo escravo possui um significado preconceituoso, que marca um lugar determinado para negros e negras, sendo instituído durante um longo período da história da humanidade.

O movimento negro foi criado justamente para quebrar com esse tipo de pensamento preconceito, e procuram a valorização da identidade do negro brasileiro, assim como do continente africano.

É o movimento que busca de certa forma repassar para o povo brasileiro que o negro contribuiu muito na formação da identidade no país. Historicamente, “as tensões raciais no Brasil moderno, isto é, de 1930 para cá tem crescido nos momentos de menor coesão nacional” (GUIMARÃES, 2002: p.87), O Brasil encontrava-se numa fase de afirmação das identidades das diversas etnias que se faz presente no país.

Ainda segundo Guimarães (2002), para afirmação da identidade negra brasileira surge a “Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização étnica, no sentido de que cultivava valores comunitários específicos, mais cuja forma de recrutamento e identificação era baseada na “cor” ou “raça” e não na “cultura” ou nas “tradições” (GUIMARÃES, 2002: p.87).

Devido a situação que negro enfrentava de pobreza, marginalização, baixo nível da escolarização etc., faz com que o protesto só aumente na medida em que foram conquistando os seus espaços como negros intelectuais e aproximando mais da realidade política do país.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro foi, nesse período, a principal organização negra no País. Embora tivesse, de início, o objetivo eminentemente cultural, de abrir o campo das artes ciências brasileiras aos atores negros, acabou, com o tempo, por se transformar em agência de formação profissional, clínica pública de psicodrama par população negra e movimento de recuperação da imagem e da auto-estima dos negros brasileiros. Seus principais intelectuais, Abdias do Nascimento (1950, 1968) e Aberto Guerreiro Ramos (1957), principalmente este último, radicalizaram crítica ao imperialismo cultural europeia e norte-americano, pregando uma ciência social que se engajassem num projeto de construção nacional. (GUIMARÃES, 2002 p.89)

Muito importante ressaltar também o (MNU) segundo a MOREIRA (2011), “o Movimento Negro Unificado na década de 70, na cidade de São Paulo, representa uma nova roupagem de reivindicações dos grupos negros, até então, pois consegue estabelecer uma articulação com as organizações e entidades que surgirão nas décadas seguintes”.

Sobretudo trabalha muito na questão da discriminação racial, desconstruindo a ideologia de inferiorizar do negro. A marcha do Zumbi em 1995¹, a proposta era buscar a garantia de qualidade de vida do homem e mulher negros, exigindo respeito a diferença.

Durante muito tempo no país o negro procura formas para combater o racismo, mais mesmo assim ainda existem os que preferem acreditar que o Brasil é um país democraticamente racial. “Realiza-se, em Brasília, um seminário sobre segregação racial, promovido pela ONU. (...) O representante da Suécia, entre outras coisas, afirmou que não existe conflito racial no Brasil” (FERNANDES, 2007: p.59). Devido à imagem que o Brasil passa para o resto do mundo como sendo um país de povo harmonioso e alegre, conduz com essa percepção que não existe conflito racial.

No Brasil, a luta pelo direito de igualdade racial é uma batalha que os movimentos negros enfrentam dia a dia, contando que mesmo com esforços para manter o equilíbrio quando o assunto é direito igual para todos, o preconceito contra o negro continua muito forte na sociedade em vários âmbitos, o negro continua ainda na situação de população mais pobre. A igualdade de oportunidade está longe de ser colocada na prática em quanto a sociedade insiste em afastar os “diferentes”.

Alguns anos atrás no Governo do presidente Lula, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)² vinculado aos programas nacionais da igualdade racial, ampliação no reconhecimento das comunidades quilombolas, e no fortalecimento das ações afirmativas no País.

¹ São 10 anos de caminhada. Em 1995, milhares de negros e negras seguiram para a capital federal, em protesto e reivindicação, na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Exigiam o fim do racismo, a ação urgente do Estado brasileiro contra as desigualdades raciais e pela melhoria das condições de vida da população negra. E mais, afirmavam seu papel, de mulheres e homens negros, como principais interlocutores para a busca de soluções para a tragédia que o racismo produz no Brasil. (<http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/2005-MarchaZumbi.pdf>)

² A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi um órgão do Poder Executivo do Brasil. Instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com o objetivo de

Os movimentos negros são formados por pessoas que lutam contra os preconceitos raciais, dentro desses movimentos podemos encontrar as feministas negras que trabalham pelo respeito a diferenças raciais assim como pelo respeito ao gênero.

2.2-Abordagem Feminista

O papel da mulher é representado através da imagem criada na sociedade, como responsável para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos enquanto o homem sendo o “chefe da família” cumpre o exercício de trabalhar para sustentar a casa.

Quando se trata de mulheres negras escravizadas a ideologia de mulher como sendo ser frágil estava longe das suas realidades devido a situação a que eram impostas a viver. A prática escravocrata arrancou a mulher do ceio da sua família, mães e filhas de perto de seus amigos e parentes.

O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia (DAVIS, 2013: p.10).

Neste contexto, não existia a distinção entre mulher e homem quando o assunto é trabalho. As mulheres negras escravizadas trabalhavam de sol a sol, de igual para igual. Eram obrigadas ao trabalho forçado e a exploração sexual por parte do proprietário escravocrata. Assim, a imagem da mulher frágil estava vinculada somente às patroas (mulheres brancas). Segundo CARNEIRO (2013). “Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As

Através de medida provisória nº 696, enviada ao Senado em outubro de 2015,[2] a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Secretaria_de_Pol%C3%ADticas_de_Promo%C3%A7%C3%A3o_da_Igualdade_Racial)

mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada”.

promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Deste modo seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população. Contrariamente à mulher branca, sua cor-respondente no outro pólo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo (RATTS, 2006: p.103).

O feminismo negro que se constitui então pela luta das mulheres negras, de certo sentido busca ressaltar direitos iguais entre os homens e mulheres, como também trabalha no combate ao racismo contra as mulheres negras. “O movimento de mulheres negras no período compreendido entre 1985 e 1995 é fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas (MOREIRA, 2011: p. 61).

As mulheres negras se encontram engajadas na luta pelo reconhecimento da população negra e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento da mulher na sociedade onde ainda os homens são considerados seres superiores. O feminismo negro se relaciona, no combate ao racismo, na tentativa de quebrar preconceitos ideológicos construída em relação as mulheres negras. A Lélia Gonzalez, segundo RATTS (2010, p. 5),

Lélia é uma intelectual reconhecida que circula entre mulheres e homens, entre negros e brancos, entre a academia e círculos populares. Nota-se também que ela tinha realizado viagens internacionais como uma intelectual ativista negra. Desses deslocamentos surgem ideias, propostas que ela traz para sua obra. É o caso da proposição de um feminismo afro-latino-americano que ela formula após participar de eventos no Panamá e na Bolívia. No primeiro evento, realizado no Panamá, Gonzalez nos diz que “as análises e discussões terminaram por derrubar barreiras – em reconhecimento do racismo pelas feministas – e preconceitos anti-feministas por parte das ameríndias e amefricanas dos setores populares” No segundo, na Bolívia, ela dá a entender que era uma voz amefricana solitária a apontar as contradições do não reconhecimento das mulheres negras e da combinação entre o racismo e o sexismo.

Beatriz Nascimento, de acordo com RATTS, (2006, p.27)

Enquanto estudiosa, pesquisadora, ativista e autora, Beatriz pode ser focalizada, sobretudo, entre 1968 e 1971, quando cursa História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mesmo período, faz estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, com orientação do historiador José Honório Rodrigues. Posteriormente, torna-se professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Nesse período, Beatriz Nascimento participa no Rio de Janeiro de um grupo de ativistas negras(os) que acabam por formar vários núcleos de estudos no estado, dentre eles o Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF). Beatriz Nascimento manteve vínculos

com os movimentos negros (com o Movimento Negro Unificado, por exemplo), mas teve igualmente entevros, afastamentos políticos.

Entretanto, essas duas mulheres, representam o feminismo negro no Brasil. As suas trajetórias ressaltadas na obra de RATTS, é muito importante para conhecer um pouco mais as suas histórias dentro do movimento negro brasileiro.

Para tanto, as mulheres negras buscavam no terreno político o espaço de representação que demarcava a sua especificidade de condição de negra em relação ao movimento negro e, principalmente, em oposição ao feminismo. A representação se refere aqui ao aspecto da representação das identidades coletivas e, de outro, da representação dos interesses organizados. A década de 80 representou um marco no avanço da luta das mulheres negras, pois os grupos organizados por mulheres negras passaram a ter uma intervenção mais ampla no cenário político nacional. (MOREIRA, 2011: p. 70).

Atualmente, mesmo com tantas dificuldades e resistências há que se considerar algumas melhorias na situação das mulheres de uma forma geral, como o acesso ao mercado de trabalho formal e o aumento da escolaridade. Por outro lado, mesmo com o avanço em relação a posição social que a mulher ocupa ainda há muito que fazer, por exemplo o caso da defasagem salarial entre mulheres e homens que exercem as mesmas funções; a baixa representação feminina no âmbito político; o número de assassinatos no âmbito familiar e doméstico é crescente e atinge, especialmente, as mulheres negras.

Assim, diante do contexto histórico de opressão da população negra, que ainda se faz presente nos dias atuais, as ações afirmativas³ ainda é um importante mecanismo de “reparação social” rumo a consolidação da igualdade racial no contexto brasileiro.

A seguir, explanarei o contexto da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas, com o objetivo de mudar a visão preconceituosa em relação ao povo negro e a cultura afro-brasileira, quebrando os conceitos racistas.

2.3-Lei 10639/2003

O racismo impede o desenvolvimento escolar do aluno, além do mais marca a vida da pessoa para sempre. Isso nos leva a entender o poder da fala, uma palavra pode destruir

³ Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente.

a vida do ser humano. Ao tratar o colega na sala de aula como inferior, o racismo se manifesta reproduzindo hierarquias onde um se mostra superior a outro.

A escola é um dos lugares onde a criança aprende a ser uma pessoa sociável, isto é começa a se relacionar com o outro, é um lugar onde tudo pode mudar, a construção da vida social se dá em muitos casos na escola. É o lugar onde a criança aprende a entender a diversidade social, a conviver com o diferente e aprende sobretudo como tratar essa diferença.

Então, nessa convivência com o outro, começa a despertar a curiosidade de como a sociedade se comporta diante de uma determinada situação e como esse comportamento pode influenciar no cotidiano.

A criança aprende em casa cotidianamente e a escola complementa o processo da educação formal. Assim sendo o aluno encontra a forma de perceber a real posição cultural em que se encontra na sociedade olhando para si e através do outro. Então, começam as diversas formas de tentar lidar com o colega de classe como manda a demanda social.

A lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas, foi implementada em 2003, com o objetivo de mudar nas escolas a visão preconceituosa em relação ao povo negro e a cultura afro-brasileira, quebrando os conceitos racistas.

A Lei 10.639/03 propõe um novo olhar sobre o continente africano e novos caminhos para obter um bom estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Com a proposta que os professores devem ressaltar em sala de aula a história e cultura afro-brasileira. Levando em conta também a valorização da contribuição dos africanos e seus descendentes na formação da cultura nacional.

A esse resgate, proposta pela Lei 10.639/ 2003, somam-se a Lei 11. 645 e o art.80 da LBD -Lei 9.394/ 96) que trata da cultura indígena, cujas matrizes devem ser incluídas nos currículos escolares. Nessa direção, urge que as diferenças sejam visualizadas e respeitadas, mediante reconhecimento e valorização de suas identidades culturais e de suas memórias. Cabe nesse trabalho uma contribuição quanto à participação do negro na formação da história e da sociedade do Rio Grande do Sul. Trata-se de um recorte sobre um assunto cuja a historiografia em muito se ressentiu da falta de pesquisas que possam preencher o vazio dos estudos sobre folclore. Trata-se de uma omissão discriminatória, feita por autores que, impregnados pelos valores eurocêtricos, silenciaram essas etnias na história e na literatura (SILVEIRA, COSTA, 2011: p.37-38)

Na história do Brasil pouco se ouve falar do negro, e quando é colocado é bastante comum percebê-la de uma forma racista. O lugar onde é fundamental para quebrar com o estereótipo negro é a escola. O silêncio em sala de aula impõe barreira para o diálogo. Na escola, diante das atitudes racistas, acredita-se que o melhor a se fazer era ficar calado e fingir que não aconteceu nada. Esse comportamento de silenciar o oprimido não é de hoje, começou a muito tempo atrás e ainda permanece presente.

A política do silêncio não dá direito a liberdade de se expressar, acreditando que de preferência esconder o que deveria ser questionado e debatido seria uma forma de não entrar em contradição entre o oprimido e opressor. Segundo Silveira, “reprimida pelas condições histórico-políticas, a história do negro é pautada pelo silêncio, uma ausência que se instaura como uma condição subalterna para essa parcela significativa da sociedade” (SILVEIRA, COSTA, 2011: p.38).

É fundamental entender que o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, é essencial para compreensão da identidade Afro-brasileira, e também a valorização das “raízes africanas”. Devido a falta da formação dos docentes na área, ainda persistem carências no cumprimento da lei, levando com que as escolas encontrem dificuldades em sua implementação de forma adequada.

Nas escolas, o que se presencia em relação às disciplinas que trabalham a lei, especialmente a disciplina de história, acontece mais pontualmente no dia 20 de novembro. De certa forma, sem formação na área, os professores se limitam a falar da escravidão e da imagem estereotipada do continente africano.

No entanto, essa realidade é a consequência de um dado histórico em que a cultura negra não era vista como uma coisa que merecia ser estudada, esquecendo do fato de que no Brasil grande parte da população é negra. Dada a necessidade de se reconhecer que a cultura negra precisa ser estudada e implementada no currículo escolar, surge um novo desafio de formação de profissionais especializados no assunto.

Para que a mensagem da lei chegue aos alunos é necessário um grande esforço na formação dos educadores profissionais para atender a demanda dos discentes que precisam, por direito, conhecer a sua história, e para que possam conseguir de alguma maneira reconhecer as suas raízes. A formação dos professores é muito importante para a produção de novos materiais metodológicos que possam colocar em prática a lei.

Pensando numa qualidade educacional e de quais são os caminhos para alcançá-la, o ensino da cultura africana e afro-brasileira nos lembra a relação que a África tem com o

Brasil, e a forma como a cultura brasileira se manifesta. A lei 10.639/2003 estimula o estudo das manifestações culturais no país, configurando-se como um importante mecanismo para o resgate do componente identitário de negros e negras (e indígenas) que compõe a grande maioria da população do país. Falar da identidade brasileira é reconhecer essas várias manifestações cultivadas do país.

Entretanto, valorizar a identidade negra, assim como todas as outras identidades do país, reconhecendo-os como fundamental na construção do povo brasileiro, seria um avanço para sair do mito da democracia racial rumo ao desenvolvimento do país.

Capítulo III- Uso do cabelo crespo para afirmação da identidade negra

Características físicas e padrões estéticos podem definir formas de expressões identitárias, assim como manifestar reações diversas em sociedades tomadas pelo preconceito. O padrão que é imposto ao sujeito o leva a se adaptar a um estilo de vida padronizado. Fugir da norma imposta poderá significar uma profunda rejeição por parte da sociedade. A sociedade brasileira onde vivem povos diversificados, torna bastante comum o “choque” com a diversidade através da manifestação das diferenças.

No Brasil, a diversidade populacional fruto das influências do índio, negro e branco produz uma variedade na própria cor da pele dos sujeitos. As características físicas do negro e da negra são ressaltadas por nascer com mais melanina e apresentar cor da pele mais escura. Por apresentar o cabelo encaracolado, disto a do padrão do branco, louro, europeu. Então, o racismo estabelece sua marca e caracteriza o cabelo negro crespo como “cabelo “ruim””.

As relações inter-raciais no Brasil são amenas, se considerarmos o comportamento aparente dessas relações entre todas as raças e povos que aqui vivem. Sabemos, no entanto, que com o preto elas tomam um aspecto diferente. Sentimos, nós pretos, que a tolerância conosco camufla um profundo preconceito racial, que aflora nas mínimas manifestações, inclusive naquelas que aparentam ter um cunho afetivo. A todo o momento o preconceito racial é demonstrado diante de nós, é sentido. Porém como se reveste de uma certa tolerância, nem sempre é possível percebermos até onde a intenção de nos humilhar existiu. (RATTS, 2006: P.94).

Mas, ninguém nasce racista, torna-se racista, dependendo da forma como foi educado. A educação começa em casa e a sociedade amplia. Socialmente, são exigidos comportamentos, normas e padrões ao ser humano de acordo com os princípios instituídos em casa sociedade. Ou seja, o comportamento de uma pessoa vai de acordo com a sociedade onde está inserida.

Se deseja conhecer um homem primeiro é preciso conhecer a sociedade onde ele vive, só assim poderá entender o seu comportamento, assim como a forma de estar dele perante o outro grupo. O comportamento muda de lugar para lugar ou de sociedade para sociedade, o homem aprende a observar, e isso o torna capaz de ver na sua comunidade as coisas como verdade ou mentira para ele. Quando ele adquire um conhecimento a partir unicamente de suas experiências, sem necessidades de comprovações, se institui o senso

comum, que leva o homem a acreditar e ter fé nas coisas, não sendo necessário comprovar cientificamente.

Pelos vários depoimentos, inferimos que não se tratava de simples festejos folclórico-religiosos. Havia toda uma impregnação histórica, pois os ternos tinham nomes e especificidades significativas. O primeiro referia-se a um patriarcado africano, que se centralizou em um poder político-administrativo e que fora o Reino do Congo dos séculos XIII ao XV. O segundo, também referenciado ao passado africano, representava um matriarcado, ou pelo menos um grande poder político da mulher, e ao mesmo tempo descentralizado, na África do período já citado (RATTS, 2006: p.112).

A afirmação da identidade negra também é observada pelo uso de cabelo natural como forma de resistência ou pelo reconhecimento da identidade e a valorização das raízes negra .

A identidade se manifesta de várias maneiras, o cabelo pode ser entendido como uma forma de manifestação da identidade. Afirmar o pertencimento de uma determinada comunidade, referendando um conjunto de características, principalmente física. O cabelo, em muitos casos entra como símbolo de resistência, e de luta contra o preconceito. Assim sendo, a identidade negra vem sendo resgata através do uso de cabelo crespo.

Ao falarmos sobre corpo e cabelo, inevitavelmente, nos aproximamos da discussão sobre identidade negra. Essa identidade é vista, no contexto desta pesquisa, como um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora. É essa relação tensa, conflituosa e complexa que este artigo privilegia, vendo-a a partir da mediação realizada pelo corpo e pela expressão da estética negra. Nessa mediação, um ícone identitário se sobressai: o cabelo crespo. O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (GOMES, 2012: p..2).

O cabelo como sendo símbolo da identidade, o discurso construído na tentativa de quebrar com o preconceito contra os traços negros, o cabelo crespo um dos elementos que compõe o corpo negro, é de extrema importância colocá-lo como um meio da resistência para construção da identidade negra.

A de se considerar que o cabelo foi motivo de muitas situações, principalmente, de baixa estima das pessoas que sofreram e ainda sofrem com o preconceito racial, pelo fato de possuírem o cabelo crespo. A sociedade insiste em não valorizar o cabelo que não é liso o “padrão”, chamando o cabelo encaracolado de “cabelo ruim”.

Assim, grande número das meninas que possuíam cabelos encaracolados preferem optar pelo alisamento químico, inclusive pondo em risco sua própria saúde. Mas, atualmente, o uso do cabelo crespo vem se manifestando como símbolo de resistência ou como forma de mostrar e fortalecer a identidade negra.

3.1-O Campo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira (UNILAB) no dia 03/05 e 24/05/2016, teve participação de quatro (4) alunas, e uma das interlocutoras com o título de Bacharel em Humanidades atualmente está cursando Antropologia, as três estão na reta final do curso de Bacharelado em Humanidades, e uma pretende seguir fazendo a licenciatura no curso da Pedagogia e as duas pretendem a licenciatura em história. A entrevista foi baseada em questionários, no qual consta as perguntas que as interlocutoras fizeram questão de responder todas, e também teve em algumas situações em que eu me propus a dialogar com elas em relação ao que toca com a presença das alunas africanas na UNILAB. As mesmas ressaltaram a contribuição da UNILAB para afirmação das suas identidades como sendo negras.

Assim sendo, vou chama-las de **pretas da UNILAB**, (preta A, preta B, preta C, e preta D). Ambas são naturais do Maciço de Baturité⁴, a preta A nasceu na cidade de Capistrano, atualmente vive em Redenção, é solteira, a sua mãe é dona de casa e o seu pai é agricultor aposentado; a preta B nasceu na cidade de Redenção, onde vive atualmente com o Marido, os pais são agricultores; a preta C também nasceu e vive na cidade de Redenção com o Marido e a filha, o seu pai é agricultor e a sua mãe professora; e a preta D, natural da cidade de Capistrano, a sua mãe é cabeleireira e o seu pai é professor, solteira e mora também em Redenção.

A cor da pele se associa a ideia de raça no Brasil, sendo assim, a sociedade tende a caracterizar a raça branca como pura, e a ideologia vem acarretando ainda mais a vida do negro, submetendo-o ao preconceito racial. “O que chamamos raça- negra, branca, amarela, caucasiana, etc. - é apenas um elenco de características anatômicas: a cor da pele, a textura do cabelo, a altura média dos indivíduos, etc” (SANTOS, 2005: p. 12).

⁴ O **Maciço de Baturité** é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de [Pacoti](#), [Palmácia](#), [Guaramiranga](#), [Mulungu](#), [Aratuba](#), [Capistrano](#), [Itapiúna](#), [Baturité](#), [Aracoiaba](#), [Acarape](#), [Redenção](#), [Barreira](#) e [Ocara](#).
(https://pt.wikipedia.org/wiki/Maci%C3%A7o_de_Baturit%C3%A9)

Se estivermos atentos, as características físicas não determinam o genes da pessoa, por exemplo, colocar todos os negros na categoria de uma “raça”⁵, é um equívoco, ou seja, existem pessoas que se consideram negras por conta da cor da pele, mas se formos observar a árvore genealógica dela, talvez esta tenha mais influência de brancos do que mesmo de negros. No entanto, sabe-se que por influências ideológicas da sociedade racista, existem um número maior de pessoas que se consideram brancas, com características físicas visivelmente negras.

As meninas que foram entrevistadas disseram que se consideram negras. Preta A - afirma ser negra, mas, acredita que se as pessoas olhassem para ela, não iriam identificá-la como negra, porque a cor da pele dela é clara, e continuou dizendo que seu pai é negro, e a mãe branca.

Podemos dizer que para uma pessoa se afirmar negra ou branca a que tudo indica depende de como essa pessoa percebe o conceito da própria identidade, uma vêz que a característica física por si só não determina de fato essa diferença entre ser negro e branco.

Entretanto, a sociedade brasileira impõe as características físicas como elemento fundamental para a definição racial das pessoas. No que toca a comparação entre o negro e o branco, o negro sempre é colocado no lugar inferior.

A cor da pele se relaciona com a classe social no Brasil, onde se define que o negro é pobre e o branco é rico. O preconceito se institui de forma mais branda ou mais rígida a partir da tonalidade da cor da pele. Assim, quanto mais negra for a pele, maior o preconceito racial.

Se a questão se limitasse a qualificar o racismo silencioso vigente entre nós, quem sabe já teríamos riscado essa questão de agenda política nacional. O tema da raça carrega, no Brasil, outras facetas que não se resolvem a partir do exercício exclusivo da delação. Como distinguir quem é negro e quem é branco no país? como determinar a cor, quando não se fica para sempre negro no Brasil, quando se “embranquece” por dinheiro e se “empretece” por declínio social? (SCHWARCZ, 2010: P.66).

Ressaltando uma colocação muito importante, na qual todas as interlocutoras afirmaram que se reconhecem como sendo negras somente após entrarem na UNILAB. As meninas ressaltam que quando começaram a estudar na UNILAB tornou mais fácil para

⁵ “Raça é uma construção social que faz de características físicas conceitos de valor”

entenderem quem são elas realmente, principalmente a questão de aceitar a identidade negra que há muito tempo no país não era uma coisa que algumas pessoas se orgulhassem.

3.1.1- Diretrizes da UNILAB

Como instituição científica, tecnológica e cultural de cooperação e integração internacional, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB atua como foco disseminador da cultura e do saber entre o Brasil e os países parceiros⁶, fazendo deste aspecto ponto de convergência e integração universitária afro-brasileira (Diretrizes 2013).

A universidade mantém relações com instituições e universidades, em cooperação solidária, de forma que a integração alcance as demandas e interesses de todos os envolvidos, alimentando a confiança recíproca e constituindo, por meio da mobilidade docente e discente e de trocas acadêmicas, redes de interesses convergentes e intercambiáveis.

A fim de atender a esta peculiaridade o(a) estudante estará no centro da proposta formativa, fazendo com que a organização e a estrutura acadêmica da universidade sejam propícias ao sucesso nos estudos (entendido como o desenvolvimento de competências técnicas, políticas, culturais e humanas). Deverá ser respeitada, ainda, a vocação e perfil de interesse dos alunos pelas diferentes áreas de conhecimento.

Nessa perspectiva, a UNILAB (Diretrizes 2013) adota como princípios da formação em nível superior:

1º. Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social.

O ensino de graduação pretende formar estudantes em nível de excelência científica e tecnológica, mas, também, buscará ser local de estudo e difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando suas identidades e diversidades culturais por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas. Ciência e tecnologia serão compreendidas como produção social e humana, resultado e produto de determinados

⁶ Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste

contextos econômico-culturais, e componentes que caracterizam o desenvolvimento das sociedades.

2º. Reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar.

A UNILAB será espaço contínuo para que o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas se constitua em campo e espaço únicos de problematização e de análises críticas, a partir de programas que respondam à necessidade de formação de um sujeito social crítico e propositivo, capaz de analisar e participar de seu contexto político e econômico, assim como do mundial, de forma sustentável. Os programas e currículos da universidade, portanto, estarão abertos a processos permanentes de aprendizagem, ampliando visões e conceitos teóricos pelos aportes das experiências concretas de discentes e docentes, recolhendo delas o que pode e deve ser recolhido, contribuindo para um mundo que se pretende mais justo e melhor.

3º. Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero etc.

Gerada em um contexto de cooperação Sul-Sul e, portanto, como instrumento de superação de desigualdades, de resgate de aprendizagens decorrentes do passado colonial e de construção de um futuro autônomo, o reconhecimento e respeito às diferenças será princípio de todas as atividades da UNILAB. Em função disso, adotará ações afirmativas que busquem ir além de cotas de acesso à universidade e contemplará estas questões em seus programas curriculares.

A diretrizes da UNILAB deixam evidentes os objetivos da universidade para a garantia dos direitos a todos e todas por uma educação de qualidade que valoriza e respeita a identidade brasileira, assim como a identidade africana e timorense.

Segundo a interlocutora preta C “Eu me considero negra agora, porque depois da UNILAB e, principalmente, do Bacharelado de Humanidades (BHU), que a gente vê muito a questão da nossa identidade, que a gente não tinha esse contato, às vezes você passa a sua vida toda e acaba que não sabe a sua identidade”. Pois bem, há muito tempo no país a história do negro era escondida, e quando foi contada, em muitos casos, só fortalecia-se a imagem estereotipada.

Assim sendo, a história que é contada ao negro sobre as suas origens, ou sobre o continente africano não o dá orgulho de se considerar parte daquela cultura, principalmente, com a educação eurocêntrica que leva o negro ou a negra aprender a dar mais valor a cultura ocidental que a sua própria cultura. Por exemplo, a questão da cor parda, que é adotada

como meio termo, não é branco, mas também não é negro. Schwarcz (2010) explica os dados e sentidos históricos em que se dá essas distinções de cor da pele:

Em 1900, por exemplo, diante da constatação de que este era um país mestiço e negro, simplesmente se retirou o quesito cor do censo demográfico. Assim, embora os censos tenham sido realizados no Brasil em 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1970, e 1980, o item cor não foi utilizado pelo menos em três momentos: 1900, 1920 e 1970. Nos dois primeiros levantamentos, de 1872 e 1890, os questionários mencionavam “pretos, brancos e mestiços”; no primeiro censo, os grupos eram ainda diferenciados segundo a condição de escravos ou livre. Já o censo de 1950 distribuiu a população em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e, sob a designação de pardos, aqueles que registraram declarações como índio, caboclo, mulato e moreno ou não declararam cor. Em 1960, a pesquisa relativa à cor utilizou cinco grupos: brancos, pretos, amarelos, índios e pardos, divulgando-se no grupo de pardos, porém, as declarações que diziam respeito aos índios. Por fim, em 1980, no Nono Recenseamento Geral, mantiveram-se os mesmos grupos do censo de 1950, e enquadraram-se como pardos “os mulatos os mestiços, os índios, os caboclos, os mamelucos, os cafuzos etc. (SCHWARCZ, 2010: p.66-67).

Neste contexto, verifica-se que a categoria “pardo” tende a se encaixar em qualquer lugar, fazendo parte de intermédio, isto é, o seu conceito fica situado no espaço onde não representa nenhuma “raça”. Segundo a preta C -“o branco é branco não tem meio termo... ele é branco e pronto, porque que o preto tem que ser considerado pardo, moreno claro, moreno escuro... você é negro!”.

A mesma ressaltou ainda que ouviu um professor falar na sala de aula que a identidade da pessoa as vezes é visível. Então, na questão do cabelo crespo, ela disse que percebeu quando a raiz de cabelo começava a crescer e ela tentava esconder alisando-os, sem ter a consciência de que aquilo era a sua identidade.

Apesar das diversas mudanças na política racial, às mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério. Insistem em se aproveitar da insegurança que nós mulheres negras sentimos com respeito a nosso valor na sociedade de supremacia branca! (...)Fazer chapinha era um ritual da cultura das mulheres negras, um ritual de intimidade. Era um momento exclusivo no qual as mulheres (mesmo as que não se conheciam bem) podiam se encontrar em casa ou no salão para conversar umas com as outras, ou simplesmente para escutar a conversa. Era um mundo tão importante quanto à barbearia dos homens, cheia de mistério e segredo (HOOKS, 2014, P. 1).

O alisamento no cabelo era a única saída que as meninas negras tinham de fazer para se aproximar a estética social (branca). No convívio do dia-a-dia, principalmente nas escolas. Aquela pessoa que nasceu com a pele escura e cabelo encaracolado é tida como a mais feia da sala, esse tipo de comportamento é frequente entre os alunos e alunas.

Assim sendo, a preta B e preta D- disseram que sofreram com essa pressão na infância, principalmente, na adolescência, porque nas escolas o grupo que tinha era de cabelo lizo e elas queriam se enquadrar em algum grupo, mas o seu cabelo volumoso e encaracolado não permitia. A preta D ressaltou -“eu sofria muito na escola porque os meninos chamavam de cabelo de arapuca, de assanhada, cabelo de bruxa, e isso baixa autoestima da gente, não tem como a gente não se sensibilizar, não tocar na gente, isso mexia demais com a minha autoestima, porque tem muito a ver com a estética, de me olhar no espelho e gostar do que eu estou vendo, e as pessoas me fazem acreditar que era feio meu cabelo, né?”

Entretanto, quando uma criança cresce com a ideia de que as suas características físicas são inferiores, ela acaba acatando essa ideologia como verdade. Querendo mudar a todo custo. Segundo a preta A “eu passei um bom tempo da minha vida fazendo alisamento, (...) quando eu cheguei aqui na UNILAB eu vim com o meu cabelo muito liso, feito escova e tudo, com o passar dos anos, eu fui percebendo estando aqui que a beleza ela está em qualquer forma, em qualquer jeito, a gente não tem que priorizar um único tipo de cabelo ou coloração de cabelo”.

Ainda continuou dizendo que foi incentivada a deixar o seu cabelo natural por dois colegas de turma, sobretudo, por conta da saúde, porque não se sabe ao certo o que tipo de danos aqueles produtos químicos são capazes de fazer no couro cabeludo da pessoa. Ela afirma: “já faz uns dois anos que parei de usar os produtos para alisar o meu cabelo, para mim foi uma libertação”.

Podemos observar atualmente que várias outras alunas da UNILAB passam a aceitar os seus cabelos encaracolados, como forma de afirmação da identidade negra. Deste mesmo modo que também tem a possibilidade de encontrar várias outras que preferiam manter o cabelo encaracolado por ser uma tendência de moda. Entretanto, a interlocutora C- disse que para ela “não é por ser moda, é o nosso cabelo!”. Reforçando a ideia de que a identidade se manifesta também através do cabelo.

Ao considerar as meninas de nacionalidade africanas, de uma forma ou de outra também incentivam o uso do cabelo crespo na UNILAB. Elas fazem seus penteados inspirados em suas etnias e utilizam cabelos africanos coloridos para incrementarem seus cabelos crespos naturais. Os cabelos são trazidos da África, são realmente um símbolo algo que representa as meninas africanas. Entretanto grande parte das meninas africanas usam diferentes tipos de tranças o tempo todo. Pois faz parte dos costumes.

Encontram-se para enfeitar-se, ou seja a pessoa que quer fazer trança não precisa ir ao salão porque tem meninas que sabem fazer, e é feito em casa, dá para produzir e realçar autoestima sem precisar ir ao salão. E já reproduzem essas práticas entre as alunas de nacionalidade brasileira

A interlocutora preta A, já usou as trancinhas no cabelo, e explicou o processo dessa transformação, dizendo - “Foi assim eu estava no projeto de fazer o meu TCC (trabalho de conclusão de curso), e eu estava muito entrosada com a comunidade guineense, e tal, e eu tenho uma amiga muito querida, e sempre vi ela fazendo as tranças dela, eu achava tão lindas, e falei para ele que queria e ela topou e fez em mim, ela encarou esse desafio”. Ela ainda continuou dizendo que muitas colegas sejam brasileiras como africanas gostaram das suas tranças.

Por fim, para que essa tendência do cabelo crespo não fique somente por conta da moda passageira, é preciso investir muito na causa da identidade. Profissão

Considerações finais

A cultura nos remete o nosso próprio eu, e a forma como vemos o mundo. Ela é algo que as pessoas se identificam. A identidade não é uma coisa que fica permanente colada ao sujeito, sendo que pode ser negociada de acordo com a competitividade da experiência de vida, do indivíduo e de sua representatividade.

O sujeito incorpora uma identidade seja ela qual for, encontra-se numa situação de ser conduzida de acordo com as normas daquela realidade, pode ser cultural ou social. Então, numa identidade coletiva o individualismo não exerce tanta influência ao indivíduo. Quando se fala na questão da coletividade, uma organização onde várias personalidades diferentes se fazem presentes, nesse sentido, o sujeito vive no meio de tantas pessoas ao mesmo tempo sozinho.

Nós somos diferentes, cada ser humano tem a sua identidade própria, identidade essa que se manifesta quando o indivíduo se vê separado dos demais. O “eu” representa a sua capacidade intelectual de criticar ou de pensar a sua própria existência. O conceito de nacionalidade é entendido como um processo de construção da identidade coletiva que é diferente da individualidade, nesse caso, o indivíduo é representado e faz parte daquela representação social.

A cultura nos lembra o comportamento do indivíduo, como sabemos que ela é capaz de fazer com que o ser humano se dedicasse totalmente aos seus ensinamentos. Na sua total especificidade, a cultura é muito mais que uma simples forma de manifestação. O que nos estimula a pensar sobre nós mesmos.

Essa representatividade nos dá a possibilidade de compreender o outro e também facilita que os outros nos olhem como diferente, e não inferior. Mas, o racismo impede que algumas pessoas sejam capazes de refletir dessa forma, porque a discriminação racial ainda permanece muito forte na sociedade brasileira, mesmo com o reconhecimento científico de que somos todos uma única raça - a raça humana! As atitudes racistas continuam se manifestando e causam significativos sofrimentos e desigualdades.

No Brasil, assim como nos países da África Lusófona, os portugueses trouxeram as culturais ocidentais. Não vamos negar que o ocidente representa uma peça importante na construção da identidade brasileira, mas há de se considerar também que teve outras culturas que fizeram parte desse processo, remetendo tanto a cultura negra, quanto a indígena, asiática etc.

Por conta do processo miscigenador, a diversidade cultural sempre vai existir, principalmente, nas organizações institucionais. A escola não é um caso a parte. Então, sempre vai ter na escola além do aluno que se considera branco, o aluno com a cor da pele negra e cabelos cacheados. Nessa relação existem as contradições por conta das diversidades, que se manifestam através da caracterização física do negro de forma depreciativa, dando lugar ao preconceito racial.

Os movimentos sociais que lutam pela igualdade racial no país acreditam que todos têm direito de conhecer as suas próprias culturas, como também devem ter a oportunidade de conhecer a cultura do outro, que juntos formaram a identidade brasileira. Esse conceito se for levado em consideração realmente fará um efeito positivo para valorização da cultura e diversidade étnico-racial brasileira.

Até porque se a identidade não é uma coisa fixa, então a relação entre o indivíduo e sua cultura também pode sofrer transformações, isto é, quando uma pessoa decide por vontade própria abrir a mão da sua cultura, dos seus costumes adquirido do outro, aí sim podemos dizer que a relação intercultural se baseia no respeito e reconhecimento dos valores culturais na sua diversidade.

Diferente de quando o indivíduo se encontra na situação de submissão, que podemos dizer a relação em que a cultura é baseada em superioridade e inferioridade, alegando que existe a cultura melhor e precisa ser reconhecido como padrão, o melhor dos melhores, em quanto que as outras são reconhecidos como submissa, colocados na situação de inferior.

Essa prática nos lembra a colonização em que o opressor, no caso, o colonizador impõe as suas culturas ressaltando que são incivilizados, inferiorizados, fazia-o acreditar que as suas culturas são dos não civilizados, dos bárbaros.

Nesse caso, podemos dizer que o outro decidiu mudar suas formas de ver o mundo porque não tinham como se defender, foi obrigado a adquirir os costumes do outro sem muita opção, assim sendo, o oprimido muda as suas identidades por obrigação não por vontade própria.

Os movimentos negros no país lutam para que possa haver o reconhecimento da história e cultura afro-brasileira. Uma das suas conquistas foi aprovação da lei 10,639/2003 que obriga ensino da cultura africana e afro brasileira nas escolas, foi criada para mostrar ao aluno, assim como, a comunidade escolar, a importância da cultura negra na formação do povo brasileiro.

Essa lei encontra a dificuldade para sua implementação devido principalmente a falta da formação dos professores na área, então para que possa haver um ensino da história afro brasileira como é posta pela lei, é preciso reconhecer que existem atitudes racistas nas escolas, propondo um diálogo de capacidade crítica no que se refere a estética do negro.

Por um lado, o cabelo do negro é algo que foi e ainda está sendo marginalizado. Serve de mecanismo no combate ao próprio racismo. Das quatro meninas entrevistadas, duas delas ressaltaram que sofreram preconceitos nas suas infâncias, sobretudo, na adolescência por conta dos seus cabelos.

Certamente, elas não foram as primeiras e nem serão as últimas. Os movimentos feministas negros ressaltam a beleza feminina como símbolo da resistência para afirmação da identidade negra, quebrando a ideologia da beleza padronizada.

Nessa perspectiva, o cabelo entra como um dos fatores principais no combate ao racismo. É importante ressaltar que é necessário um debate ampliado sobre o racismo e seu combate sistematicamente, seja nas universidades como nas escolas. Assim também é de extrema importância as reflexões sobre as relações de gênero.

Na escola é bastante comum se deparar com todo tipo de diversidade entre os alunos, e o papel do professor, como o da comunidade escolar, é de visibilizar essas situações e não optar pela política do silêncio, puxando tudo para debaixo do tapete.

Se todas as escolas colocassem o debate sobre a diversidade, pelo menos uma vez na semana, e não somente no dia 20 de novembro, certamente seria uma libertação do pensamento preconceituoso, e os alunos e alunas compreenderão que o outro não é inferior simplesmente pelo fato de nascer com a característica física diferente. Contando que somos todos humanos, o importante é saber como manter um convívio saudável e respeito a todos e todas.

Talvez assim o negro e a negra terá a coragem de mostrar para todo o mundo como realmente tem orgulho dele mesmo e gosta do seu cabelo como ele é. Nessa perspectiva, o discurso de que o cabelo do negro é “ruim” é quebrado ou desconstruído, e a identidade negra é valorizada e toma o seu lugar de respeito na sociedade brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARNEIRO, Sueli: Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero
<https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecero-feminismo.pdf>

DAMATTA, Roberto: o que faz o Brasil, Brasil? Rocco Rio de Janeiro – 1986.

DAVIS, Angela, Mulher, Raça e Classe, Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013, 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982.

DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália; tradução Paulo Neves.- São Paulo: Martins Fontes. 1996- (coleção tópicos).

FANON, Frantz: Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos: apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. -2. Ed. revista – São Paulo : Clobol, 2007

GOMES, Nilma Lino: Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na alteridade 1996.

_____Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra,
<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-comos%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo, Classe raças e democracias, São Paulo: Fundação de apoio á universidade de São Paulo; ed.34,2002

HALL, Stuart: Da diáspora. identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende 1ª edição atualizada, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

_____A identidade cultural na pós –modernidade, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopez Louro- 11 ed., 1. reimp. -Rio de Janeiro: DP e A, 2011.

_____WOODWARD, Kathryn: Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org.) 7 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOOKS Bell. Alisando o Nosso Cabelo,
<http://www.criola.org.br/mais/bell%20hooks%20-%20Alisando%20nosso%20cabelo.pdf>
 2014

MOREIRA Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil- vitória da conquista: Edições UESB, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos, Belo Horizonte: autêntica editora, 2009- (Coleção Cultura Negra e Identidade).

_____uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, PENESB-RJ, 2003.

_____Para Entender o Negro No Brasil De Hoje: História, Realidades, Problemas E Caminhos 2ª Edição, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo: são Paulo: editora UNESP: Brasília: paralelo 15. 2006.

RATTS, Alax Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, São Paulo, 2006.

_____ As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf agosto de 2010

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo, são Paulo: Brasiliense 2005 (coleção primeiros pessoas ;7).

SCHWARCZ, Lilia Moritz, O espetáculo das raças cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, companhia das letras, 1993.

_____ Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em são Paulo no final do século XIX, São Paulo: Companhia das Letras, 1987. _____ Racismo no Brasil 2ª ed. São Paulo publifolha, 2010.

SILVEIRA, Regina da Costa da, COSTA, Rosilene Silva da; organizadoras, Literatura, História e cultura Africana e Afro-brasileira nas Escolas, Redes de possibilidades para cumprimento da legislação: lei 10639/ 2003, porto Alegre: ed. UniRitter, 2011.

Diretrizes da UNILAB http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf